

EM MOVIMENTO

Boletim Informativo

Organismo de Direcção do Sector dos Transportes da OR Lisboa do PCP

Dez '08



XVIII Congresso do PCP, Campo Pequeno, Dez 2008

Editorial

É hora de parar com a política de direita!

No Sector de Transportes a política de direita do Governo do PS tem conduzido os trabalhadores à luta na defesa de direitos conquistados ao longo de várias gerações e consagrados nos acordos de empresa.

O prestígio dos comunistas no seio dos trabalhadores tem sido indissociável da sua determinação e confiança nas lutas travadas no sector contra o Código do Trabalho, contra a intimidação a quem defende os direitos dos trabalhadores, contra os baixos salários, contra as limitações ao direito à greve, contra a precariedade, contra o desaparecimento do conceito de local de trabalho, contra os bancos de horas e a desregulamentação do horário de trabalho...

A par do ataque aos direitos, liberdades, garantias e salários dos trabalhadores, o Governo PS canaliza enormes lucros para o sector privado através da privatização das empresas de transporte mais rentáveis e estratégicas, orienta os investimentos públicos segundo a agenda das privatizações, ao invés de dirigidos aos interesses do país, e ainda canaliza mais de 25 mil milhões para a banca privada (avais, capitalizações, BPN e BPP).

A arrogância de Sócrates e do Governo PS para com os trabalhadores, suportada numa patética fé no capitalismo, ao serviço e à sombra do qual, governar de costas para o povo seria sempre favas contadas, terá o fim à vista, com a luta dos trabalhadores e do povo.

A LUTA CONTINUA!

Destaque

Intervenções Sector Transportes da ORL XVIII Congresso do PCP

- >> Tap e SPdH
- >> Metropolitano
- >> Rodoviários
- >> Ferroviários
- >> Carris
- >> Mar e Portos
- >> Táxis

Excertos da intervenção da Célula da TAP / SPdH

(...) A SPdH, empresa de assistência em aeroportos, resultou da segmentação da TAP e subsequente privatização, a que se seguiu uma gestão ruínosa e a retoma do capital vendido a uma empresa espanhola. Os efeitos mais gravosos para os trabalhadores foram e ainda são a degradação das condições de trabalho e as tentativas de redução dos direitos.

Na TAP, empresa que o actual governo à viva força também quer privatizar, a gestão orienta-se para a retirada de direitos consagrados nos acordos de empresa.

(...) No plano da intervenção e influência, a célula tem participado e dinamizado as acções de luta e de esclarecimento nas empresas e também na resistência ao Código do Trabalho do governo anterior, às alterações propostas pelo governo do PS, contra a precariedade, exigindo melhores salários e pensões, por uma política diferente no respeito pela Constituição e pela soberania nacional.

(...) Sabemos que os próximos tempos na Aviação Civil vão ser duros. O Governo quer prosseguir a privatização da ANA, da Portway, da TAP, da SATA e da SPdH. O Governo quer entregar ao grande capital mais este sector estratégico da economia nacional, e intensificar a exploração da nossa força de trabalho.

Mas é com confiança que olhamos para esse futuro.

Confiança que os trabalhadores e o seu Partido saberão resistir, e que na luta, conseguirão defender os direitos dos trabalhadores e o futuro da economia nacional.(...)



Excertos da intervenção da célula do Metropolitano

(...) Os comunistas do Metropolitano estão conscientes de que o nosso Congresso, se realiza num contexto político de crescente ataque aos direitos, liberdades e garantias, dos trabalhadores portugueses.

O Governo do PS segue e intensifica as políticas de direita dos seus anteriores congéneres do PSD/CDS-PP.

No Metro, deu orientações há dois anos para aplicar o Código de Trabalho e destruir a contratação colectiva na empresa, eliminando o Acordo vigente, e impondo um novo AE que destruísse todos os direitos conquistados através da luta ao longo dos anos.

Avançou com a apresentação de uma proposta de revisão global do Acordo de Empresa, em que simplesmente substitua o conteúdo do nosso acordo pela matéria vigente no Código de Trabalho, e propôs a substituição do actual Regulamento de Carreiras Profissionais por um mecanismo que não trazia benefícios aos trabalhadores na sua progressão profissional, terminando com o sistema de carreiras abertas, e englobando outras situações nefastas para os trabalhadores.

Os comunistas que integram as ORT's do Metro, e a sua célula de empresa, consciencializaram e conduziram os trabalhadores à luta para defenderem as conquistas obtidas ao longo de várias gerações.

A série de greves realizadas, tiveram os índices de adesão mais elevados de sempre na nossa empresa (entre os 93% e os 98%), a greve geral de 30 de Maio de 2007, foi mais uma resposta inequívoca da disponibilidade para defender os valores dos trabalhadores onde nem os serviços mínimos exigidos pelo Governo os intimidaram.

Esta demonstração de dignidade e predisposição para a luta, obrigou o Governo e o CG a moderar a sua atitude inicial e a admitir a negociação com parâmetros diferentes, decorrendo esta no sentido de mantermos um AE com direitos e digno dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, EP.

(...) Para a resposta incisiva que exigirá a luta pela defesa dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores, o reforço da nossa Célula será determinante.

**26 Fevereiro
Jerónimo de Sousa
com os Trabalhadores
do Metropolitano de Lisboa**

Excertos da intervenção da Célula das Rodoviárias de Passageiros

(...) A política de direita, ao serviço do grande capital, que o Governo PS prossegue e acentua visa obter cada vez maiores lucros à custa dos trabalha-dores e das populações. É também o que se passa com os trabalhadores de empresas como a Vimeca, Rodoviária de Lisboa, Scotturb e Barraqueiro.

Os eixos desta política centram-se em: baixos salários e destruição dos direitos conquistados com a luta, nomeadamente em relação aos AE's, pre-tende-se desde já fazer aplicar o novo Código de Trabalho e uma política de repressão, intimidação em relação aos trabalhadores e às suas ORT's.

Frequentemente os trabalhadores são obrigados a fazerem percursos cada vez mais apertados, que levam a multas que são obrigados a pagar e a assegurarem um transporte deficiente às populações que dele carecem. Na Barraqueiro os trabalhadores a contrato, alguns já com 3 anos, estão a ser confrontados com uma adenda que implica um corte de direitos, por ex.: o subsídio de refeição passaria de 5,74€ para 2,50€.

Os trabalhadores estão-se a negar mas o patronato quer impor o desaparecimento do local de trabalho o que, por ex. nas empresas de âmbito nacional, possibilitaria que um trabalhador de um dia para o outro e nas suas horas de descanso e à sua custa, teria de ir pegar, por ex. em Braga! Ou tentam desde já a aplicação do banco de horas, i.e. as horas extraordinárias, só seria contadas ao fim de 4 meses. Ou como na Vimeca e Scotturb há processos disciplinares por tudo e por nada e na Rodoviária de Lisboa há falta de condições de higiene e segurança das viaturas e uma carga horária excessiva que leva os trabalhadores a fazerem 14 e 16 horas de trabalho.

(...) Daqui dizemos aos trabalhadores das empresas rodoviárias de passageiros que podem contar com activa solidariedade deste Partido – o Partido Comunista Português.



Excertos da intervenção da célula dos Ferroviários

(...) O sector ferroviário foi um dos mais atingidos pela fúria neo - liberal dos governos de direita (PS, PSD e CDS), que procuram destruir muitas das conquistas de Abril. Só o nosso Partido sempre se opôs coerentemente à importação das estratégias tatcherianas, que visavam a liquidação do sector empresarial do Estado, para o entregarem de bandeja a grupos de amigalhões nacionais e estrangeiros. É nesta linha de combate que continuamos a seguir, no momento em que o governo pretende entregar a CP CARGA à Mota Engil, presidida por Jorge Coelho, dirigente do PS.

(...) A nossa luta não tem sido fácil. Recorrendo a todas as formas de engodo, os governos do PS e do PSD conseguiram, por vezes, dividir os trabalhadores, para desta forma atingirem mais facilmente os seus objectivos. A pulverização sindical, que é uma das grandes armas da direita, foi fomentada e até financiada.

O prestígio que os comunistas continuam a ter no meio ferroviário deve-se, sem dúvida, ao reconhe-cimento do mérito das nossas posições na defesa dos direitos dos trabalhadores e da firmeza com que nos temos batido por uma única empresa ferroviária, com um comando único e na esfera do Estado.

O governo de direita do PS deu orientações ao Conselho de Gerência da CP para agir como um “fora da lei”. No dia 1 de Outubro, a CP violou (novamente!) a lei: violou-a ao considerar a greve ilegal, quando até já tem uma decisão do Tribunal dando razão ao sindicato; violou-a ao substituir trabalhadores em greve; violou-a ao fazer circular comboios sem revisor para disfarçar a adesão à greve e desvalorizando a segurança dos passageiros; violou-a ao aplicar faltas injustificadas aos trabalhadores em Greve e ao descontar-lhes os dias adjacentes.

Não satisfeitos, avançaram com nova ilegalidade, agora com processos disciplinares para despe-dimento a quem participou num piquete de greve.

Mais grave ainda, não fosse a CP uma empresa pública, é que todo este comportamento anti-democrático do CG da CP é caucionado pelo Governo português, que continua a apoiar e estimular a violação da lei.

Os objectivos do Governo e do CG são claros: intimidar quem defende os direitos dos trabalhadores, intimidar todos os trabalhadores, para ficar com melhores condições para atacar os Acordos de Empresa, aumentar a exploração dos ferroviários e privatizar a empresa.

A resposta só pode ser uma: a solidariedade activa com quem está a ser vítima destes processos disci-plinares, e o reforço da unidade e luta de todos os trabalhadores na defesa da liberdade sindical!

Excertos da intervenção da célula da Carris

(...) Os trabalhadores da Carris, à semelhança dos seus irmãos de classe no País, atravessam tempos difíceis.

Nos últimos 2 anos foi consumada a destruição do sector oficial, através de uma forte acção de terrorismo psicológico sobre os trabalhadores e repressão directa sobre os dirigentes delegados sindicais e membros da estrutura da CT(com processos disciplinares forjados e despedimento de um membro de uma Sub.CT, - já anulado pelo tribunal -) que os levou à rescisão dos seus contratos e os que restaram foram constringidos a assinar contratos de cedência com uma empresa entretanto criada - a CarrisBus -, desvinculando-se assim da Carris e do A.E.

No tráfego a disponibilidade para a luta tem sido quebrada pela criação de prémios por acto de gestão, que à margem do AE, condicionam a participação trabalhadores.

Neste quadro, o Conselho de Administração da Carris delineou, sob orientações do governo uma estratégia de discriminação da estrutura sindical da CGTP na empresa, com vista a atingir a caducidade do AE.

A luta levada a cabo e para a qual a célula do Partido desempenhou o seu papel de vanguarda, conduziu ao recuo do governo e CA, que acabaram em reunião realizada ontem, de concordar com o fim da discriminação efectuada.

Excertos da intervenção da célula do Sector do Táxi

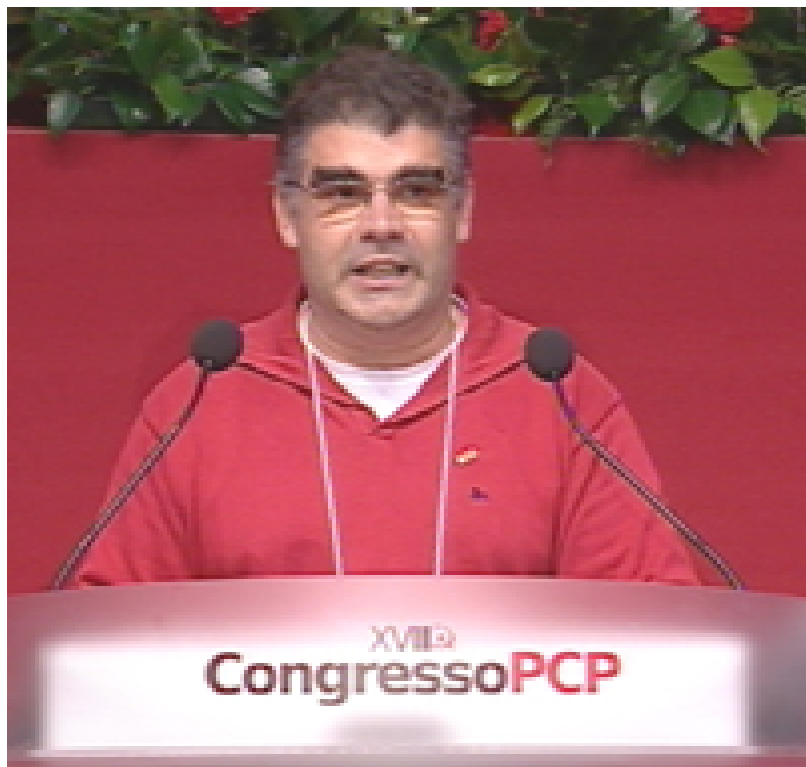
O sector do táxi no distrito de Lisboa tem cerca de 3500 táxis, é essencialmente constituído por micro-empresas, empresários em nome individual e sociedades, com 1 a 4 trabalhadores, assenta na precariedade laboral e com divisão do tempo de trabalho entre os proprietários e os trabalhadores, a maioria destes com vínculo instável e remunerações estabelecidas à percentagem, de acordo com a facturação diária. As cooperativas também têm uma grande importância neste sector, (...).

É um sector que continua a ser votado ao abandono, sem apoios dos diversos Governos.

(...) são assim duplamente afectados pela política de direita. Por um lado, através do agravamento das suas condições de trabalho. Por outro lado, pela constante degradação do poder de compra daqueles que normalmente utilizam o táxi, o que conduz a uma actividade de elevadíssimo risco, decorrente da diminuição das receitas e do aumento galopante dos custos.

A ruptura com a política de direita assume também aqui também uma questão decisiva, sem a qual o sector do táxi caminha para uma degradação irreversível.

Uma questão central é uma política que incentive o uso do táxi, nomeadamente tratando-o como um serviço público no ordenamento do trânsito e assumindo-o também como alternativa ao transporte próprio, no contexto de um Plano Nacional de Transportes, integrado, que seja um elemento fundamental de uma política de esquerda para os transportes. (...)



Excertos da intervenção da célula do Sector Mar e Portos

Portugal é um país que pela sua extensão de costa tem condições para assentar uma parte significativa da sua actividade económica no relacionamento com o mar. As condições dos portos e o seu posicionamento, são das poucas vantagens da situação periférica do país relativamente ao continente europeu.

Quando, antes das privatizações, o PCP reclamava a necessidade de modernizar e reorganizar os nossos portos, sempre as nossas propostas foram ignoradas. (...) Quando já apontavam e anunciavam a privatização das zonas de exploração portuária através de concessões, começaram a realizar-se vários investimentos. Era o primeiro passo para colocar os dinheiros públicos ao serviço do capital. O Estado a fazer os investimentos para depois os privados recolherem os frutos.

Assim, os investimentos foram realizados, não de acordo com planos integrados de desenvolvimento dos portos, mas de acordo com os interesses dos operadores, reais ou potenciais. (...) O resultado dos apetites do grande capital pela actividade dos portos e a concentração do capital, fruto da política de direita, levou a que estamos perante uma situação praticamente monopolista.

(...) Que fique bem claro que não estamos contra a realização de investimentos. Estamos contra o facto de eles não obedecerem a planos de desenvolvimento harmoniosos, mas sim aos interesses do capital. Entendemos que o dinheiro público deve ser investido para servir os interesses do país e não para gerar lucros para o sector privado. Entendemos que as alavancas da economia nacional devem estar nas mãos do Estado, como elemento importante para garantir a nossa independência e não ao serviço dos monopólios. Para se atingirem esses objectivos é condição necessária romper com a política de direita, para o que é indispensável reforçar o Partido e a luta dos trabalhadores.